

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE SANTANA DO LIVRAMENTO
DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AGROINDUSTRIAL**

LEANDRO ADÍLIO FERREIRA

O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR):

O impacto sobre as condições de vida em assentamentos rurais em Santana do
Livramento-RS

SANTANA DO LIVRAMENTO

2022

LEANDRO ADÍLIO FERREIRA

O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR):

O impacto sobre as condições de vida em assentamentos rurais em Santana do
Livramento-RS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Gestão
Agroindustrial, na Universidade Estadual
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Becker

SANTANA DO LIVRAMENTO

2022

Catalogação de Publicação na Fonte

F383p Ferreira, Leandro Adílio.
O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): o impacto sobre as condições de vida em assentamentos rurais em Santana do Livramento-RS / Leandro Adílio Ferreira. – Santana do Livramento, 2022.
47 f.

Orientador: Cláudio Becker.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Unidade em Santana do Livramento, 2022.

1. Desenvolvimento rural. 2. Habitação rural. 3. Programa Nacional de Habitação Rural. I. Becker, Cláudio. II. Título.

LEANDRO ADÍLIO FERREIRA

O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR):

O impacto sobre as condições de vida em assentamentos rurais em Santana do Livramento-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Becker

Aprovado em: 08/07/2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cláudio Becker - Orientador
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Prof. Me. Anor Alúzio Menine Guedes
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Prof. Me. Marco Aurélio Torres Rodrigues
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

RESUMO

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) já beneficiou milhares de famílias na área rural do Brasil. Em Santana do Livramento, município do Rio Grande do Sul, não é diferente. O objetivo deste trabalho é apontar o impacto do PNHR sobre as famílias de assentamentos no âmbito rural do município, usando a metodologia Estudo de Caso e relacionando o tema aos conceitos de território e identidade. Conclui-se que durante a sua vigência o PNHR em síntese cumpriu sua finalidade, mesmo considerando os limites em valores aportados, tamanhos e modelos pré-estabelecidos pela entidade organizadora, também nas limitações de distribuição dos materiais e mão de obra com muita rotatividade.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Habitação rural. Programa Nacional de Habitação Rural.

RESUMEN

El Programa Nacional de Vivienda Rural (PNHR) ya ha beneficiado a miles de familias en las zonas rurales de Brasil. En Santana do Livramento, municipio de Rio Grande do Sul, no es diferente. El objetivo de este trabajo es señalar el impacto del PNHR en las familias de los asentamientos del área rural del municipio, utilizando la metodología de Estudio de Caso y relacionando la temática con los conceptos de territorio e identidad. Se concluye que, durante su vigencia, el PNHR, en definitiva, cumplió su propósito, aun considerando los límites en montos aportados, tamaños y modelos preestablecidos por la entidad organizadora, así como en las limitaciones de distribución de materiales y mano de obra con una mucha rotación.

Palabras clave: Desarrollo rural. Vivienda rural. Programa Nacional de Vivienda Rural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.2. OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 JUSTIFICATIVA	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E HABITAÇÃO	11
2.1.1 As Políticas Habitacionais no Brasil	15
2.1.2 O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	19
2.1.3 Operacionalização do Programa Nacional de Habitação Rural	20
2.1.3.3 Caracterização das unidades habitacionais rurais executadas na Metade Sul do Rio Grande do Sul	21
2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	23
2.2.1 Territorialidade e identidade	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E LEVANTAMENTO DE DADOS	29
4 RESULTADOS: O IMPACTO DO PNHR	33
4.1 O IMPACTO DO PNHR NO MUNICÍPIO	34
4.2 O IMPACTO DO PNHR SEGUNDO A ÓTICA DOS BENEFICIÁRIOS	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	44
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS	44

1 INTRODUÇÃO

A intencionalidade principal deste trabalho é refletir sobre o impacto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) sobre condições de vida em assentamentos rurais em Santana do Livramento-RS. De acordo com a Caixa Econômica Federal (2012), o PNHR é um programa integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O seu principal objetivo, segundo a instituição, é garantir subsídio financeiro para dar moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Assim, o programa fornece subsídios às famílias através dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Para que o programa funcione, os beneficiários precisam estar em uma Entidade Organizadora (EO), como sindicatos, cooperativas, ou o Poder Público e ter uma renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15.000,00.

Além disso, os recursos financeiros são direcionados às pessoas físicas e se dão para a construção da unidade habitacional, para compra de material e contratação de mão de obra para a reforma, construção, ampliação ou conclusão da moradia.

Criado pela Lei 11.977/2009, outros requisitos são necessários para a participação do programa como:

Ser indicado pela Entidade Organizadora; apresentar capacidade civil – ser maior de 18 anos ou menor emancipado com 16 anos completos; Apresentar regularidade do CPF na Receita Federal; Ser brasileiro nato ou naturalizado; Se estrangeiro, ter visto permanente no Brasil; Apresentar DAP emitida nos últimos 03 anos até a data da apresentação da proposta/projeto de intervenção pela EO. (CAIXA, 2012, p. 8).

Conforme Bolter (2013), perceber a casa própria por si não garante a permanência dessas famílias em suas comunidades de origem, mas isso desempenhou um papel importante na valorização do sentimento de família e comunidade. Como todos sabemos, a permanência das famílias rurais ocorre quando elas e as futuras gerações de famílias são realmente possíveis de se desenvolver e, dessa forma, é possível evitar que essas famílias sejam deslocadas e migrem para os centros urbanos em busca de uma vida melhor.

Dessa maneira, a pesquisa pretende colaborar nesta questão: mostrar como o programa impactou a vida dos participantes dos assentamentos rurais em Santana do Livramento. Tendo como objetivos específicos: analisar as políticas habitacionais

no Brasil, caracterizar as unidades habitacionais rurais na metade sul do Rio Grande do Sul, alinhar o conceito de território e identidade no âmbito rural, abordando autores como Rogério Haesbaert, Marcos Saquet, Milton Santos e Marcelo Cherlotti.

Para tanto, busca análises, métodos e técnicas desenvolvidas por renomados autores como, Bolter (2013 e 2015), Soares de Oliveira (2020), Correa (2019 e 2020), Konrad (2019), Gonçalves (2018), entre outros. O objetivo é avaliar o impacto da PNHR como política pública de contribuição, além do incentivo sobre a vontade das famílias beneficiárias de permanecerem em suas comunidades de origem, de atuarem de forma individual e comunitária e a possibilidade de atuação individual e caminho comunitário para si e para as gerações futuras.

Além disso, em conjunto com as famílias beneficiárias do PNHR, investigaremos o grau de satisfação com as unidades habitacionais recebidas, bem como o nível de sensação de lugar, em relação às variáveis de território e identidade do local.

A relevância do tema escolhido surgiu quando inicia a discussão da qualidade de vida das famílias assentadas, que por diversos motivos enfrentam problemas no meio rural, um desses problemas é a questão da moradia, para que essas famílias possam seguir vivendo no campo, é fundamental uma moradia de qualidade, e uma estrutura digna para o convívio familiar, pois muitos deixam a vida no campo para morar na cidade, diminuindo assim a produção local e acentuando o êxodo rural.

Com base nesse estudo é que vamos analisar os impactos deste projeto nas condições de vida da população dos assentamentos rurais de Santana do Livramento. Cabe destacar que o município é o segundo maior em extensão territorial do Rio Grande do Sul, com 6.941.613m². Com 4.373 endereços rurais cadastrados no CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, censo do IBGE 2010, e conforme mostram os dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o município concentra trinta assentamentos, ao todo encontra-se nesta localidade cerca de mil famílias que são assentadas da Reforma Agrária.

Neste contexto, valorizando os assentamentos rurais é que iremos abordar como foco principal o Programa da moradia rural, que é proveniente de um projeto político que visa atuar junto às famílias rurais que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica, e com o referido programa as famílias têm acesso a moradias com baixos custos, e de qualidade.

Outra medida relevante desta pesquisa refere-se ao êxodo rural, onde o homem do campo migra para o meio urbano. Com base nesta análise abordaremos se o programa favoreceu para que os moradores da zona rural pudessem permanecer no campo e continuar a sua exploração da atividade agropecuária, sendo de extrema importância para o segmento da cadeia produtiva e para a qualidade de vida desta população.

O presente projeto apresenta o resultado de um estudo de caso sobre a Política Habitacional brasileira e o Programa Nacional de Habitação Rural a partir da criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no ano de 1964, destaca-se especialmente, o impacto sobre as condições de vida nos assentamentos rurais em Santana do Livramento.

O referido projeto inicia se, por uma pequena retrospectiva da Política Habitacional no Brasil, desde a sua fundação no ano de 1940, através do Programa Casa Popular, da composição do Banco Nacional da Habitação, o qual foi instituído em 1964, até a implementação do programa Minha Casa Minha Vida.

No segundo momento destaca-se, o Desenvolvimento Rural e Habitação. Na sequência, de forma mais ampla, aborda-se o Programa Habitacional Rural (PNHR), de maneira sintética, destaca-se, a operacionalização do Programa Nacional de Habitação Rural. No momento seguinte, argumenta-se a caracterização das unidades habitacionais rurais executadas na metade sul do Rio Grande do Sul.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a influência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) nas famílias assentadas da Reforma Agrária no município de Santana do Livramento-RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar o montante total de contratos e o volume de recursos operados pelo Programa no município;
- Compreender como o PNHR impactou nas famílias contempladas;

- Verificar a avaliação que os beneficiários fazem do programa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao discutir a necessidade de fornecer moradia digna e melhor qualidade de vida para pequenos e médios agricultores, surgiu a necessidade de estudar sobre os membros da família pertencentes aos assentamentos de Santana do Livramento-RS. Além disso, estabelecer, como forma de permanência no meio rural e ou em suas vidas e no ambiente de trabalho e incentivos.

Outro fator determinante da relevância deste estudo é que a PNHR partiu de um processo político que teve como foco a prestação de serviços e trabalho para o ambiente socioeconômico fragilizado do meio rural, além de atuar como uma forma participativa para que a sociedade rural e as organizações sindicais se expressem, decidam desenvolver e atualizar seus programas em parceria, e participem da implantação dessas unidades habitacionais. (BOLTER, 2013).

Embora a PNHR seja um subplano do projeto Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerando sua aplicação no meio urbano, existem muitos estudos sobre esse aspecto, mesmo que alguns estudos analisem o PNHR como política pública, ainda existem lacunas na pesquisa pós-profissional em meio rural.

Portanto, este estudo justifica-se por exemplificar o papel das entidades organizacionais (EO) nas operações e na produção da estrutura do PNHR, considerando que essas EOs como um todo não pertencem ao setor de construção civil.

O presente trabalho justifica-se também pelo crescimento da população rural, e a necessidade que essa população continue na zona rural, tendo qualidade de vida para dar continuidade a plantação e a produção local.

Por este motivo, tornou se de suma importância o acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural, pois, é através deste programa que os assentados e os demais moradores da zona rural podem ter acesso a moradias de qualidade, visando, que desta forma o êxodo rural irá diminuir, fortalecendo assim a pecuária, a plantação e a produção primária local.

A pesquisa irá caracterizar a forma que este programa interferiu na vida dos assentados, e da comunidade rural, quais comunidades tiveram acesso ao referido programa e quantas famílias já foram beneficiadas.

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, as moradias dos beneficiados, os assentamentos e a comunidade local de Santana do Livramento foram utilizadas como referencial para a pesquisa.

Levando em conta a qualidade de vida dos assentados e dos beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural, o qual é um fator determinante para que o êxodo rural não aconteça. Desta maneira, espera-se contribuir para que mais pessoas possam ter acesso ao PNHR.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E HABITAÇÃO

Para entender o conceito de desenvolvimento rural, precisamos primeiramente entender o que é rural. De acordo com Baptista (2001), a sociologia rural no início do século 20 se distinguia entre rural e urbano, pelo tamanho da comunidade, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade populacional, diferenciação, estratificação social e complexidade. Além disso, por outros fatores como: sexo, mobilidade social, migração e integração social, desse modo, as áreas rurais e as cidades em vários graus são ordenadas espacialmente, sem quebras, e um contínuo gradual entre um polo extremo.

No entanto, esses elementos definidores do campo mudaram na história e adquiriram um novo perfil: a grande propriedade não domina mais, a agricultura se modernizou, as populações rurais estão começando a ganhar renda perto das cidades e a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziu as áreas rurais. Diferenças culturais entre áreas urbanas e urbanas: os espaços rurais são agora procurados por pessoas urbanas, consumidores naturais e as atividades que eles fornecem. O mercado não se limita mais a reunir dois espaços de produção por meio da troca de produtos agrícolas, equipamentos e tecnologia: a cidade industrial e o setor agrícola. Hoje, envolve uma rede diferenciada de atividades e fluxos econômicos em todo o território. (BAPTISTA, 2001)

No caso estudado por Baptista, que é basicamente o sul da Europa, o fator mais importante que sobrevive na diferenciação urbano-rural é o tamanho da aglomeração populacional: menos de um século dos fatores que inicialmente foram chamados a definir a particularidade do campo.

Portanto, ler o campo equivale a analisar essas aldeias de acordo com um determinado objetivo ou perspectiva: De um lugar para outro dominam diferentes atividades econômicas e sociais, dominam os aspectos culturais e as relações sociais diferenciadas e a propriedade da terra que está na sociedade, bem como sua posição e vida política. (BAPTISTA, 2001).

Terluin (2003) descreveu em um estudo sobre desenvolvimento econômico e áreas rurais, usando a seguinte definição de "área rural" como unidade de análise: unidade geográfica em que uma ou mais cidades de pequeno e médio porte estão

rodeadas de grandes vagas. A economia regional inclui atividades agrícolas, industriais e de serviços, e a densidade populacional é relativamente baixa.

Abramovay (2003) parte do princípio de que a ruralidade é um conceito territorial e não setorial, mostrando que o meio rural possui três características básicas: relação com a natureza, importância das áreas não povoadas e dependência das cidades. O bem-estar econômico de áreas mais dispersas depende das atividades econômicas de cidades próximas e até mesmo de centros urbanos maiores e distantes.

Para Veiga (2002), os padrões usados para dividir as divisões territoriais de diferentes países estão em grande parte desatualizados e não por uma necessidade relacionada ao chamado desenvolvimento territorial agora. No que se refere ao Brasil, a classificação das áreas rurais é mais grave, pois se baseia na definição de "urbano" - a localização do município - exagerando sobremaneira o grau de urbanização, levando em consideração cada município (cidade) e distrito (vila), independentemente de suas características.

Conforme Kageyama (2004), existem muitas discussões sobre a definição de áreas rurais, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) As áreas rurais não são sinônimo de agricultura, nem mesmo exclusividade; b) rural é multissetorial (diversificado) e multifuncional (produção, meio ambiente, ecológico e social); c) A densidade populacional nas áreas rurais é relativamente baixa; d) Não existe uma separação absoluta entre o espaço rural e as áreas urbanas. Redes comerciais, sociais e institucionais foram estabelecidas entre as áreas rurais e cidades vizinhas.

Já de acordo com o IBGE, uma área rural é uma área fora dos limites da cidade de um distrito, composta por departamentos, no caso dos seguintes setores: "rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusiva de aglomerados". (IBGE, 2002, p. 66)

Quanto ao desenvolvimento rural, Terluin (2003) explica que carecem de disciplinas especializadas de investigação teórica sobre as forças do desenvolvimento rural, pelo que é necessário recorrer a outras disciplinas que tratem do "desenvolvimento económico do espaço rural", como os campos multidisciplinares da economia regional e estudos rurais (Economia Rural, Sociologia Rural, Geografia Rural, Demografia, etc.). No entanto, é difícil obter uma explicação satisfatória para o desenvolvimento das áreas rurais usando apenas uma teoria

nesses diferentes campos de pesquisa. Por exemplo, no campo da pesquisa rural, três métodos podem ser identificados: método de desenvolvimento exógeno, método de desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro método, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implementado em certas áreas. Um exemplo típico é a política de modernização agrícola como forma de estimular o desenvolvimento rural.

Segundo Kageyama (2004), o método de desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais, e baseia-se principalmente nos recursos locais, onde os participantes e as instituições desempenham um papel fundamental, o caso típico é o modelo da zona industrial. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas na região, onde os participantes das áreas rurais participam de uma complexa rede local e externa ao mesmo tempo, e essas redes podem variar muito de região para região.

De acordo com van der Ploeg et al. (2000), paradigma de modernização dominar a teoria, prática e política da agricultura, como os principais ferramentas para aumentar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, foi substituído por um novo paradigma, especialmente na Europa, "Desenvolvimento Rural", incluindo a procura de novos modelos o setor agropecuário, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (Paisagem), buscando sinergia com o ecossistema local, valorização, economias de escopo em detrimento de economias de escala e diversidade de famílias rurais.

O desenvolvimento rural significa criar novos produtos e novos serviços relacionados a novos mercados; buscando maneiras de reduzir custos da nova trajetória tecnológica; não tentando reconstruir a agricultura apenas a nível institucional, mas a nível regional e econômico, no rural como um todo. Ou seja, uma forma de se livrar das restrições, falta de paradigma de modernização e perspectiva interna para acelerar o desenvolvimento e aumento de escala e industrialização ocasionados por ele.

Portanto, de acordo com Kageyama (2004) esses autores acreditam que o desenvolvimento rural é um processo multinível, multi-participativo e multifacetado. Para o primeiro aspecto, deve-se considerar o desenvolvimento rural em nível global baseado na relação entre a agricultura e a sociedade, no nível intermediário, como um novo modelo do setor agrícola. O terceiro nível são as empresas individuais,

destacando novas formas de configuração de trabalho familiar, complexidade de instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural e dependência dos participantes envolvidos no relacionamento local, na economia local e global (rede).

Finalmente, novas práticas, como gestão da paisagem, proteção da natureza, turismo agrícola, agricultura orgânica, especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado. Com a modernização, eles podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e departamentos municipais.

Ainda de acordo com a autora, a partir das várias definições propostas, podemos tirar a visão de que o desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos (aumento dos níveis de renda familiar e estabilidade) e aspectos sociais (obtenção de um padrão de vida socialmente aceitável). Sua trajetória pode residir na diversificação (diversificação) de atividades geradoras de renda. A particularidade do desenvolvimento rural é que se refere a base geográfica, local ou região, em que interagem diferentes departamentos de produção e apoio, neste sentido, trata-se de uma espécie de desenvolvimento "multissetorial".

A autora ainda explica, que ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham papéis diferentes em todo o processo de desenvolvimento, e esses papéis também estão mudando durante esse processo. A função de produção que antes se limitava à agricultura passou a incluir várias atividades, o processamento de artesanato e produtos naturais, e atividades relacionadas ao turismo rural e proteção ambiental; a função de população, que inclui o fornecimento de mão de obra às cidades durante o período acelerado de industrialização, já se inverteu e precisa de infraestrutura de desenvolvimento, serviços e oportunidades de emprego para garantir a retenção da população na área.

Por fim, após o estágio inicial de industrialização (incluindo áreas rurais), as funções ambientais começaram a receber mais atenção, exigindo que o meio rural crie e proteja produtos públicos e quase públicos, como paisagens, florestas e o meio ambiente em geral. Portanto, além de multissetorial, o desenvolvimento rural também deve ser multifuncional.

Em relação à moradia, podemos dizer que, de acordo com o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil em 1992, ela é um direito fundamental desde 1948. Isso significa que a moradia é um direito humano universal, aceito e aplicado em todo o mundo e um

dos direitos básicos da vida das pessoas. Portanto, deve ser reconhecida, protegida e implementada por meio de políticas públicas específicas. Desse modo, o não cumprimento significa uma violação da vida.

Alguns tratados e convenções internacionais também protegem o direito à moradia, como o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (Artigo 11), a Declaração de 1978 sobre Raça e Preconceito Racial (Artigo 9) e a Convenção sobre a Eliminação de Raça Discriminação. Discriminação Todas as formas de discriminação contra as mulheres em 1979 (Artigo 14) e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (Artigo 27). Instrumentos internacionais também consideram a moradia um direito humano, como a Agenda 21 de Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e a Agenda de Habitat de 1996. Os direitos sociais são concebidos e garantidos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988b).

Portanto, o direito à moradia e o direito à alimentação estão incluídos no rol das necessidades mais básicas da humanidade, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir esse direito a todos.

No entanto, a habitação exige dignidade. Habitação digna pode ser entendida, de acordo com o Instituto do Cidadão (2000), como: respeito à diversidade regional, cultural e material do país. Além disso, moradias urbanas e rurais - devem: estar conectadas à rede de infraestrutura (transporte público, água, esgoto, luz, coleta de lixo, telefone, pavimentação); posicionar-se nos serviços de transporte coletivo ou área alcançável - por meio de equipamentos básicos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer e sociais; de acordo com as normas técnicas, possuir instalações sanitárias adequadas e garantir as condições mínimas para um ambiente confortável e habitável. E por fim, pelo menos um dormitório permanente para cada dois residentes adultos.

2.1.1 As Políticas Habitacionais no Brasil

De acordo com Silva (2014), certamente, seja em áreas urbanas ou rurais, os planos de habitação do país raramente estão quantitativamente relacionados às necessidades sociais e têm levado a contínuas falhas de qualidade, que são benéficas apenas para os grupos de renda média e alta.

Portanto, mesmo por meio do mercado, grande parte da população de baixa renda não consegue obter condições de moradia digna, portanto, o poder público é obrigado a garantir políticas que realizem o direito de todos à moradia digna.

Como o déficit habitacional no Brasil é principalmente nas cidades (85% do total), em 2012 cerca de 742.000 famílias viviam em áreas rurais com déficit (Tabela 5), sendo que a habitação rural tem pouca importância na implementação de políticas públicas. Quase não há alternativas para resolver seus problemas.

Conforme Silva (2014), o déficit urbano de 2007 a 2012, se manteve estável, enquanto o rural caiu cerca de 25%. Mas as moradias instáveis representaram menos de 10% do déficit total em 2012, enquanto as áreas rurais representaram cerca de 70% do déficit total no mesmo ano.

Assim, mesmo que diminua o grau de instabilidade habitacional, em termos absolutos, o grau de instabilidade nas zonas rurais (31%) é ainda superior ao das cidades (31%). Ressalta-se também que o déficit brasileiro continua concentrado nos grupos de baixa renda, calculado em 73,6% em 2012, podendo atingir no máximo três salários mínimos. (NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013).

Nosso entendimento é que as políticas de habitação rural não podem ser formuladas isoladamente, mas devem estar vinculadas às políticas de desenvolvimento territorial. Portanto, para promover o desenvolvimento rural e erradicar a pobreza rural no Brasil, as atuais prioridades das políticas públicas rurais no Brasil são de suma importância, e seu incentivo e implementação também são essenciais: investimentos em infraestrutura, programas de garantia de renda e incentivos à habitação rural (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

De acordo com Silva (2014), o arcabouço legal da habitação rural no Brasil teve início com a Constituição de 1934, em que o capítulo 4 da ordem econômica e social promulgou uma lei especial para regulamentar o trabalho e as relações agrícolas no mundo rural, que buscará fixar essa pessoa no campo (Artigo 121, parágrafo 4).

A lei especial não entrou em vigor, mas esta disposição da Constituição Federal (Artigo 5) reconheceu a política colonial do governo militar (colônia agrícola), que durou até meados da década de 1980.

Apenas 30 anos depois, segundo a autora, logo após o golpe militar de 1964, foi promulgada a Lei da Habitação (Lei nº 4.380 de 1964), que impõe emendas à moeda nos contratos imobiliários de interesse social e institui um sistema financeiro

para a compra de casas. Criou o Banco Nacional da Habitação-BNH, além de sociedades de crédito imobiliário, contas imobiliárias, serviços federais de habitação e urbanismo, entre outras medidas.

No Capítulo I - Da Coordenação dos Órgãos Públicos e da Iniciativa Privada, a lei estipula:

Art. 1º O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. [...] Art. 4º Terão prioridade na aplicação dos recursos: [...] V - a construção de moradia à população rural (BRASIL, Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964).

Por fim, conforme Silva (2014), essa lei é um marco na institucionalização das políticas habitacionais em âmbito federal e é a primeira lei a incluir de fato qualquer habitação rural. Até o momento, as questões de habitação rural cobertas pela Constituição brasileira envolveram apenas posse de terra, territórios ou propriedade. Isso porque aquisição de moradia rural se confunde com aquisição de propriedade, e como a casa é no terreno, também se confunde com aquisição de terra.

O Plano Nacional de Habitação implementado pelo BNH é uma tentativa do novo regime de mostrar às massas urbanas que pode responder às suas necessidades e obter o seu apoio. Com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), essa estratégia passou a ser aplicada também no meio rural. Tanto a política habitacional quanto a fundiária mostraram vitalidade nos primeiros anos, mas logo recuaram. No primeiro caso, durante a existência do BNH, os serviços foram direcionados a grupos de renda mais alta (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 40).

Segundo Azevedo e Andrade (2011, p. 44), essa mudança de rumo da política se deve à impossibilidade de conciliar os objetivos sociais com a lógica de atuação do BNH, sendo esta, por sua vez, afetada pela "racionalidade econômico-administrativa comercial" adotada pelo BNH pressão. O governo é sua instituição. Como resultado dessa visão, foram iniciados os ajustes de moeda e determinadas faixas de renda para atender aos requisitos de capital e remuneração para investimento em contratos habitacionais.

O colapso do banco em 1984 fez com que o papel do estado na política habitacional diminuísse acentuadamente, forçando estados e municípios a aumentar o investimento, mas não compensou a queda do investimento na esfera federal (de

61% para 20% em 1990) e a falta de políticas urbanas de gestão centralizada (MEDICI e MACIEL, 1996 *apud* DENALDI, 2019, p. 40).

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995 a 2002) começou a construir importantes mudanças no conceito de política habitacional, seguido pelo presidente Luís Inácio da Silva (Lula - 2003 a 2010) e pelo governo da presidente Dilma Rousseff (Dilma - 2011-2016), descrito por Cardoso, Aragon e Jaenisch (2017, p. 16).

Segundo Cardoso, Aragón e Jaenisch (2017, p. 23), o período Lula (2003-2010) gerou grandes expectativas para a implementação da política habitacional, bem como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Em termos de expectativas, resultados importantes foram alcançados: a criação do Ministério da Cidade, através de um plano herdado do governo anterior (CCFGTS, PSH), passou a liderar as políticas urbanas incluindo a habitação, e também desempenhou um papel no abastecimento do rural. Habitação (CCFGTS, PSH, PCS) e por último e mais importante PNHR. (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 24 e 26)

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 e foi construído no âmbito do PAC para fortalecer essa linha de ação de promoção do mercado e da economia imobiliária por meio da construção civil e seu efeito multiplicador. O PNHR surge no âmbito do PMCMV, que é de longe a política de habitação rural mais abrangente e importante. (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 25)

De acordo com Soares (2020), o mandato da presidente Dilma (de 2011 a 2016) seguiu as ações iniciadas e desenvolvidas durante a gestão do presidente Lula. O PAC-2 e o MCMV-2 já foram lançados e assinados, mas com a suspensão da presidência, devido à crise política e econômica, uma gestão participativa das políticas habitacionais, com múltiplos participantes e soluções construtivas suficientes para diferentes realidades, está ficando cada vez mais longe.

Conforme Soares (2020), no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que começou em 2019, o plano habitacional de benefício social ainda não foi retomado, mas o negócio anteriormente contratado está garantido no orçamento e está sendo entregue, e a recuperação está paralisada. A operação PNHR continua seu processo.

Ainda de acordo com o autor, recentemente foi emitida a Medida Provisória

(MP) nº 996, de 25 de agosto de 2020, que instituiu o Plano Casa Verde e Amarela (PCVA) em substituição ao PMCMV em contratos futuros. As leis que regem o MP e as regras que compõem o plano de PCVA ainda serão divulgadas. A priori, mantém-se apenas a definição da PNHR, recursos da OGU e do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e recursos do FAR, que estão sendo ajustados gradativamente, estão previstos e podem ser renomeados.

Um aspecto positivo trazido pela MP nº 996 de 2020 é a possibilidade de expansão dos serviços públicos nas áreas rurais, que no PMCMV (PNHR) é exclusivamente para agricultores familiares e trabalhadores rurais, excluindo até mesmo domicílios da faixa de renda. Não conseguem acessar o programa e não conseguem acessar o PNHU devido ao local de residência. A PNHR precisa alterar a Lei nº 11.977 de 2009 para fornecer serviços mais abrangentes às áreas rurais, o que também é possível se houver interesse. (SOARES, 2020, p. 20)

2.1.2 O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) faz parte do programa Minha Casa - Minha Vida. O plano é administrado pelo Ministério da Cidade. O plano foi criado pelo governo federal para atender às necessidades habitacionais da população rural (OLIVEIRA; KARNOPPP, 2015.). Seu principal objetivo é “construir novas unidades habitacionais em propriedades rurais, propriedades e agrovilas, ou reformar unidades habitacionais existentes” (CARTILHA PNRH, 2013, p. 1).

Os recursos para a execução do plano são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS). Os recursos da OGU são utilizados para subsídios e os recursos do FGTS são utilizados para financiamentos. Os operadores financeiros desse plano são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. (OLIVEIRA; KARNOPP, 2015, p. 12)

A aquisição dos recursos da PNHR é realizada por meio de um grupo de agricultores organizado por uma entidade organizacional (EO). EO são organizações públicas, prefeituras, governos estaduais e distritais federais e empresas habitacionais (se houver), enquanto entidades privadas são representantes de organizações e associações sem fins lucrativos, como sindicatos, associações, apartamentos e cooperativas. Além da organização das equipes, os escritórios no exterior também têm as seguintes atribuições: “prestar assistência técnica e social, preparar a documentação necessária à contratação das operações, apurar as

necessidades habitacionais de suas áreas de negócio, coordenar os comitês de gestão de projetos e comprovar a conclusão do projeto” (OLIVEIRA; KARNOPP, 2015, p. 12 e 13)

O público-alvo do programa são agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, com renda anual de até 60 mil reais” (MANUAL DO PNHR, 2013, p.. 1)

O público está dividido em três grupos, a saber:

- Grupo 1: Famílias com renda total anual não superior a R\$ 15.000,00;
- Grupo 2: Famílias com renda total anual de R \$ 15.000,01 a R\$ 30.000,00;
- Grupo 3: Famílias com renda total anual total renda de R\$ 30.000,01 a R\$ 60.000,00.

O Grupo 1 recebeu subsídio integral para construção ou reforma, o Grupo 2 recebeu recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e deságio de R\$ 7.610,00 e os recursos financeiros do Grupo 3 também foram oriundos do FGTS. (OLIVEIRA; KARNOPP, 2015.). De acordo com os autores, o valor do subsídio destina-se a cobrir despesas de construção ou reforma de unidades habitacionais, assistência técnica e ações sociais. O PNRH também oferece recursos para famílias desse grupo construir reservatórios, desde que vivam em áreas de difícil captação de água humana.

2.1.3 Operacionalização do Programa Nacional de Habitação Rural

Quanto à operacionalização, segundo Soares (2020), a PNHR passou por diversas mudanças ao longo dos anos e seus padrões vêm se aprimorando. Assim como a solidez dos beneficiários, como posseiros de terras públicas e indivíduos que não compartilhavam em 2012, e o público em 2013 reforma agrária. Além disso, amplia os horizontes de utilização de materiais, ao padronizar uma ferramenta.

De acordo com Soares (2020), a adoção do processo de seleção como porta de entrada para o programa, em vez de contratação direta por instituições financeiras, aliado à experiência acumulada em diversas regiões, o princípio não é tão dinâmico e expande o escopo representativo dos projetos de nível nacional. Até

2012, eram dominantes no sul do país, a região tem forte tradição de organização pública da agricultura familiar, e rapidamente se adaptou às regras da PNHR e fez recomendações, sendo assim, capaz de assinar mais contratos do que outras regiões.

O mesmo autor relata, que ao mesmo tempo, a experiência nesta organização ainda não existia e a fraqueza eram quanto às capacidades técnicas superiores a cargo de entidades e serviços demandados, como a coleta de autos e documentos do cartório, e os atrasos que fazem com que esses espaços percam a concorrência das empresas contratantes.

Ainda conforme Soares (2020), embora o projeto seja relativamente simples, o Plano Nacional de Habitação, as áreas rurais encontraram enormes diferenças inter-regionais e intra-regionais. Ao contrário do resultado esperado da política, o déficit também é maior. As restrições dominam, levando a menos propostas ou propostas necessárias. Numerosas trocas entre entidades organizacionais e agentes financeiros responsáveis pela análise até o recrutamento.

2.1.3.3 Caracterização das unidades habitacionais rurais executadas na Metade Sul do Rio Grande do Sul

Conforme Corrêa (2019), o sistema Crehnor de cooperativas de crédito rural é um dos muitos participantes dos grupos sociais envolvidos na criação de programas de habitação rural. Atuou como entidade organizacional (EO) em várias cidades do Sul do Brasil, não só em termos de seleção e organização dos beneficiários e no desenvolvimento e implementação de projetos habitacionais. Ela também é pioneira em organizações comunitárias de pesca artesanal, principalmente das unidades habitacionais da metade sul do Rio Grande do Sul.

O mesmo autor aponta que duas foram as EO pertencentes ao Sistema Crehnor responsáveis no Estado: a Crehnor-Sul, responsável pela aplicação dos programas habitacionais rurais na metade sul do Rio Grande do Sul, e a Crehnor-Sarandi, responsável pela metade norte, sendo também, perante todo Sistema Crehnor, a responsável pelas comunidades e colônias de pescadores artesanais em todo o estado.

Ainda de acordo com o autor supracitado, na demanda no primeiro modelo de contrato de carta de crédito - FGTS (CC-FGTS), a área construída do sistema Crehnor era de 36 metros quadrados, e as divisórias internas são de madeira

(exceto o banheiro) e o exterior são apenas rugosos. Portanto, este tipo de caixa foi desenvolvido e aprovado pela CEF, como existem poucos recursos disponíveis para cada unidade: um total de R\$ 8.000,00, só de materiais de construção são 5.907,00 reais, equivalentes a 2.093.007 reais.

De acordo com o autor, beneficiários poderiam ser considerados mão de obra porque o sistema de trabalho definido na resolução é o de auxiliar a autoconstrução. É importante notar que este sistema se mostrou ineficiente porque nem todos os beneficiários possuem conhecimentos específicos na execução de projetos de construção civil.

Às vezes, materiais de construção eram desperdiçados e esses recursos adicionais devem recair sobre a EO responsável. Os fornecedores de materiais também passaram a fornecer mão de obra, o que melhorou a qualidade da construção de cada casa. Vale ressaltar que, para melhor proteger a parte interna da casa, a execução de reboco é prevista para a parte externa da casa, que é uma caixa invertida. A pintura da moldura e alvenaria era suportada e custeada pela beneficiária.

Durante o processo de construção, ocorreram vários casos em que os beneficiários não concluíram a unidade habitacional por motivos diversos (incluindo motivos pessoais), sem interesse e/ou dolo. A EO constatou que esses motivos os obrigaram a seguir os mesmos procedimentos de incumprimento. Dos cerca de 980 beneficiários, 893 unidades habitacionais foram concluídas. Em Santana do Livramento, foram construídas 51 unidades habitacionais. Não obstante, a aplicação da Resolução nº 518 em 2006 começou com o mesmo modelo e decisão da Resolução nº 460 quanto aos métodos, itens padrão e recursos dos beneficiários elegíveis, mas os requisitos eram menores. Esse fato se deve ao fato de o órgão financeiro (CEF) determinar com mais rigor as normas e documentos exigidos para os benefícios contratuais, além de reduzir os recursos aportados pelo governo federal.

Posteriormente, ainda de acordo com a Resolução nº 518, o plano recebeu contribuições financeiras, resultados do desempenho das organizações sociais e sindicais. Contudo, os custos de construção aumentaram significativamente. O valor por unidade girava em torno de 15.000,008 reais, o projeto padrão é construído em 37,80 m² de área de construção, toda em alvenaria, interna e externa, tijolo de cerâmica, e tinha um melhor acabamento.

Conforme o autor, a mudança mais significativa foi o posicionamento do banheiro. Além da melhoria dos acabamentos interiores e exteriores, a previsão dos azulejos para casas de banho e cozinhas, e a inclusão das tintas interiores e exteriores no orçamento global final.

Durante o período de vigência da Resolução nº 518, as novas regras da CEF, que é responsável pela análise documental dos beneficiários, foram descobertas e decidiram ser as responsáveis pelo menor número de contratos e, portanto, responsáveis pela conclusão do projeto. Além disso, o governo federal fornece menos recursos, o que impede um grande número de agricultores de usar o programa. Com as novas dificuldades e as necessidades iniciais de cerca de 570 beneficiários, foram concluídas 390 casas. Em Santana do Livramento, foram construídas 34 unidades. Em comparação com a resolução anterior, a Resolução 518 tem abrangência menor e atende famílias de pequenos e médios agricultores familiares em 14 municípios da região sul do Rio Grande do Sul (CORRÊA, 2020).

No formato PNHR, aconteceu em 2009 e ainda está na modalidade Contrato de Carta de Crédito-FGTS (CC-FGTS), a área habitacional padrão estabelecida pelo Sistema Crehonor é agora de 42 metros quadrados, construído em duas configurações diferentes pelo beneficiário (CORRÊA, 2019).

A unidade habitacional tipo 2 fornece uma variante: o interior é para uso familiar, e o banheiro é reservado para uso externo. Esses novos tipos são orçados no valor atualizado do recurso, onde foi aumentado para 28.500,00 reais e proporcionar um nível completo de acabamento, com revestimento cerâmico e gesso de toda alvenaria em banheiros e cozinhas, pisos cerâmicos e forros de PVC em todos os ambientes. Novamente, como antes, a especificação mínima determinada pelo CEF leva as melhores unidades habitacionais (CORRÊA, 2019).

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Um dos autores pioneiros a abordar território é Claude Raffestin (1993). Suas obras destacam as características políticas do território e a compreensão do mesmo, quanto ao conceito de espaço geográfico, porque o entende como base, palco e território pré-existente. No conceito enfatizado pelo autor, o território é tratado, principalmente, com foco na gestão política, ou seja, como território nacional, espaço físico, um lugar onde um país está localizado; um espaço que delimita a ordem

jurídica e política; a projeção e suas linhas, limites e fronteiras.

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela a relação marcado pelo poder. Portanto, é necessário enfatizar uma categoria básica compreensão do território, ou seja, o poder exercido por pessoas ou grupos sem território. Poder e território, embora todos tenham autonomia, mas serão centralizados consolidam o conceito juntos. Então, o poder está relacionado, porque é inerente a todas as relações sociais.

Reconhecido como um dos geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert é o mais popular e relevante da atualidade, que trouxe suas obras para o símbolo do "território" ocupa uma posição central na pesquisa de relações espaciais de poder. Geógrafo brasileiro, ele ainda desenvolveu seu trabalho docente na Universidade Federal Fluminense e teve suas pesquisas citadas mais de 6.500 vezes na busca acadêmica do Google. Para Marcos Saquet, a territorialidade corresponde às relações sociais e atividades cotidianas entre os homens e sua natureza externa. É o resultado do processo de produção de cada território e a base para a construção da identidade e a reorganização do cotidiano.

Para Milton Santos, o território pode ser considerado uma materialidade (configuração territorial), que se caracteriza como paisagem por meio da compreensão sensorial. Como forma política e econômica que caracteriza espaço, categoria, objeto e totalidade social, a inclusão territorial se tornará um subespaço da região.

2.2.1 Territorialidade e identidade

A territorialidade consiste no comportamento de posse de um determinado espaço por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se relacionam com objetos ou símbolos e formam uma relação de posse. Portanto, a identidade territorial é uma espécie de identidade social, que se expressa como uma relação pertencente a um grupo social a partir (i) de uma escala material baseada na referência indenitária.

Território corresponde ao espaço da identidade, identidade é o produto formado por cada território, e está no contexto da relação social com o meio externo da sociedade. No caso de territórios, componentes geoespaciais são adicionados à identidade construída. Essa visão de entender a identidade como um processo de construção é contrária ao chamado objetivismo ou tendência culturalista, que se

baseia em certos critérios como genética, língua, cultura ou religião.

3 METODOLOGIA

Um estudo de caso, também conhecido como caso, é um estudo aprofundado de um ou vários assuntos de pesquisa para gerar conhecimento extenso e detalhado sobre o assunto. Sua finalidade é servir de base para novas pesquisas ou provas sociais para comprovar a autenticidade da proposta.

O estudo de caso é um método de pesquisa amplo para um tema específico, que pode aprofundar o entendimento do mesmo, fornecendo subsídios para novas investigações sobre o mesmo tema. Um estudo de caso (ou um caso para abreviar) é uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno real, considerando o contexto de inserção e as variáveis que o afetam. Também conhecida como estudos de caso, essa estratégia de pesquisa é usada principalmente nas áreas de humanidades e saúde.

Descrever e caracterizar estudos de caso não é uma tarefa fácil, pois eles são usados de modos diferentes, com abordagens quantitativas e qualitativas, não só na prática educacional, mas também como modalidade de pesquisa, com aplicação em muitos campos do conhecimento, principalmente na Medicina, Psicologia e em outras áreas da saúde, e também nas áreas tecnológicas, humanas e sociais, entre outras (VENTURA, 2007, p. 383).

A aprendizagem orientada é o primeiro método ou técnica de ensino que torna o aluno independente do professor e o orienta para uma futura aprendizagem e participação na sociedade. Para Veiga (2013), a aprendizagem dirigida é uma técnica que envolve o desenvolvimento de guias de estudo para que os alunos executem as etapas definidas de forma sistemática e organizada para que possam compreender, interpretar, analisar, avaliar e criar / aplicar roteiros de sugestões.

Os estudos de caso mais comuns são os que têm o foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o “caso clínico”) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos, várias organizações, por exemplo (VENTURA, 2007, p. 384).

De acordo com os objetivos da pesquisa, estudos de caso pode ser dividido em interno ou privado, quando se objetiva entender melhor o caso específico em si, em seu aspecto interno; instrumental, pelo contrário, ao verificar o caso para melhor compreensão, outra questão, algo mais amplo, para nortear a pesquisa ou existir mais pesquisas e ferramentas coletivas, ao expandir a pesquisa para outros casos de instrumentos com compreensão expandida ou teorizando um conjunto maior de casos. Os pesquisadores devem buscar nesta categoria, têm pontos em comum e

características próprias. O caso e o resultado final podem mostrar alguns aspectos originais causados por um ou mais das categorias: natureza e história do caso; contexto adequado; outras circunstâncias em que é reconhecido e informantes que você pode conhecer.

Pesquisas qualitativas são usadas para estudar casos específicos e entender os pensamentos ou sentimentos das pessoas com mais detalhes. Por outro lado, as pesquisas quantitativas são usadas para estudar tendências em grandes grupos ou medir dados da sociedade, como pesquisas de intenção de voto ou censos. Desse modo, utilizaremos uma pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A principal chave deste estudo é o método, que consiste na pesquisa bibliográfica, na qual a discussão ativa e a avaliação são os principais elementos do estabelecimento da pesquisa. Além disso, uma das características dessa metodologia é estudar materiais teóricos relacionados ao assunto e fazer a leitura antes de determinar o objeto de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, dentro de sua estrutura e finalidade, permite ao pesquisador a realização de um trabalho científico que atenda aos objetivos propostos, com critérios e metodologia, em consonância com suas necessidades de pesquisador e contribuinte da comunidade científica (BOCCATO, 2006, p. 272).

O método bibliográfico inicia-se com a pesquisa do assunto, após a seleção do objeto de pesquisa, o pesquisador deve fazer comentários a partir dos teóricos que estudaram o assunto. Uma vez que o conhecimento existe tradicionalmente em livros e documentos, a pesquisa bibliográfica o utiliza como um guia para todos os tipos de pesquisa.

Dessa forma, cabe ao pesquisador estabelecer uma estratégia de pesquisa bibliográfica que tanto facilite a identificação dos principais trabalhos em meio a uma quantidade grande de possibilidades que permeiam a produção científica mundial, como garanta a capacidade de estabelecer as fronteiras do conhecimento advindo dos achados científicos. Para tanto, o uso de uma metodologia de avaliação por meio de um estudo bibliométrico pode ajudar a equacionar esses dilemas (TREINTA; FILHO; SANT'ANNA; RABELO, 2014, p. 508).

Uma das vantagens da escolha da pesquisa bibliográfica é que os pesquisadores podem construir as informações coletadas e pesquisar em todas as plataformas. Dessa forma, as regras são claras e ele também entende como funciona o projeto. Esse tipo de metodologia auxilia o pesquisador a responder aos

questionamentos que pensa em seu trabalho, pois permite que o assunto seja compreendido de forma ampla. Devido à grande quantidade de informações disponíveis na internet, os pesquisadores também precisam entender as regras e leis que protegem os direitos autorais e o uso de imagens.

[...] pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa. O primeiro passo se caracteriza pela escolha de determinada narrativa teórica que veiculará a concepção de mundo e de homem responsável pela forma como o pesquisador irá apreender as condições de interação possíveis entre o homem e a realidade. Significa que existem diferentes modos de entender a realidade, como também há diferentes posições metodológicas que explicitam a construção do objeto de estudo, a postura e a dinâmica que envolvem a pesquisa, dando visibilidade aos movimentos empreendidos pelo pesquisador nessa direção (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39).

De acordo com Lima e Mioto (2007), os acadêmicos que decidem pela pesquisa bibliográfica precisam de muita atenção, supervisão epistemológica e uma compreensão do caminho e da metodologia do projeto.

No entanto, a flexibilidade na obtenção dos dados não torna a pesquisa bibliográfica mais fácil. Ao contrário, requer mais trabalho do pesquisador, pois exige disciplina e atenção tanto no percurso metodológico definido quanto no cronograma de estudos proposto para que a síntese integradora das soluções não seja prejudicada. É um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo (LIMA, MIOTO, 2007, p. 44)

Lima e Mioto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção do conhecimento científico, principalmente para os diversos temas que os estudiosos escolhem estudar, mesmo aqueles que ainda não foram explorados, e propõem hipóteses e novas explicações. Desta forma, pesquisas futuras são possíveis. Conforme os mesmos autores, todas as etapas da pesquisa bibliográfica são essenciais para uma análise eficiente:

É importante considerar que o pesquisador pode estabelecer quantos campos forem necessários para que o instrumento permita o exame detalhado das obras pesquisadas. Desse modo, pode ser elaborado um roteiro com mais de três campos de investigação, como também com vários outros subcampos. Essa construção, porém, terá de estar atenta ao objeto de estudo e aos objetivos a serem alcançados pela pesquisa. Cabe destacar ainda que o roteiro deve ser construído sempre em observância àquilo que pedem os objetivos definidos para o estudo, o que requer do pesquisador muita clareza quanto a eles, sendo que ao empreender reformulações deve necessariamente rever os campos que compõem o

roteiro. Por fim, a análise e interpretação dos dados consistem na síntese integradora que apresenta a reflexão, realizada a partir do referencial teórico e dos dados obtidos no intuito de realizar uma aproximação crítica dos objetivos propostos (LIMA; MIOTO, 2007, p. 42).

Portanto, podemos concluir que a pesquisa envolvendo a pesquisa bibliográfica requer uma revisão da literatura, que pode ser chamada de revisão da literatura, que é uma análise precisa do domínio do conhecimento e das publicações sobre o assunto e uma grande carga de leitura.

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E LEVANTAMENTO DE DADOS

O tema de delinear trabalhos científicos também pode ser chamado de "corte". É o foco da seleção em uma gama mais ampla de tópicos. Delimitação significa definir limites. Normalmente, o prazo de execução do projeto e os recursos disponíveis são decisivos.

Levantamento; pesquisa de coleta de dados ou estatísticas sobre algo: coleta de dados; pesquisa de preços. Listar; listar o comportamento de indivíduos ou coisas: conduzir investigações sobre clientes estrangeiros. Dados são uma coleção de fatos, números, objetos, símbolos e eventos coletados de diferentes fontes. A organização é responsável por coletar informações de diferentes públicos em momentos diferentes para tomar melhores decisões. Por exemplo, antes de lançar um novo produto, a empresa precisa coletar informações sobre necessidades, preferências do cliente, concorrentes, etc. Caso contrário, o produto recém-lançado pode falhar por vários motivos. Embora os dados sejam um ativo valioso para todas as organizações, eles são inúteis até que sejam analisados ou processados para obter os resultados desejados.

Quais são os métodos de coleta de dados? Os métodos de coleta de dados podem ser divididos em duas categorias: métodos de coleta de dados primários e métodos de coleta de dados secundários. Principais métodos de coleta de dados: os dados originais são coletados por experiência em primeira mão e não foram usados no passado. Essas informações são específicas, altamente verdadeiras e precisas. Os principais métodos de coleta de dados podem ser divididos em duas categorias: métodos quantitativos e métodos qualitativos.

Os métodos quantitativos para pesquisa de mercado e previsão de demanda geralmente usam ferramentas estatísticas. Aqui, a demanda é prevista com base em dados históricos. Esses principais métodos de coleta de dados são frequentemente

usados para fazer previsões de longo prazo. Eles são muito confiáveis porque existem poucos fatores subjetivos.

No mapa a seguir observa – se, a distribuição dos projetos de assentamentos no município de Santana do Livramento, e a devida localização dos beneficiários que foram entrevistados.

Figura 1- Mapa ilustrativo dos Assentamentos Rurais de Santana do Livramento-RS, indicando a localização dos beneficiários entrevistados

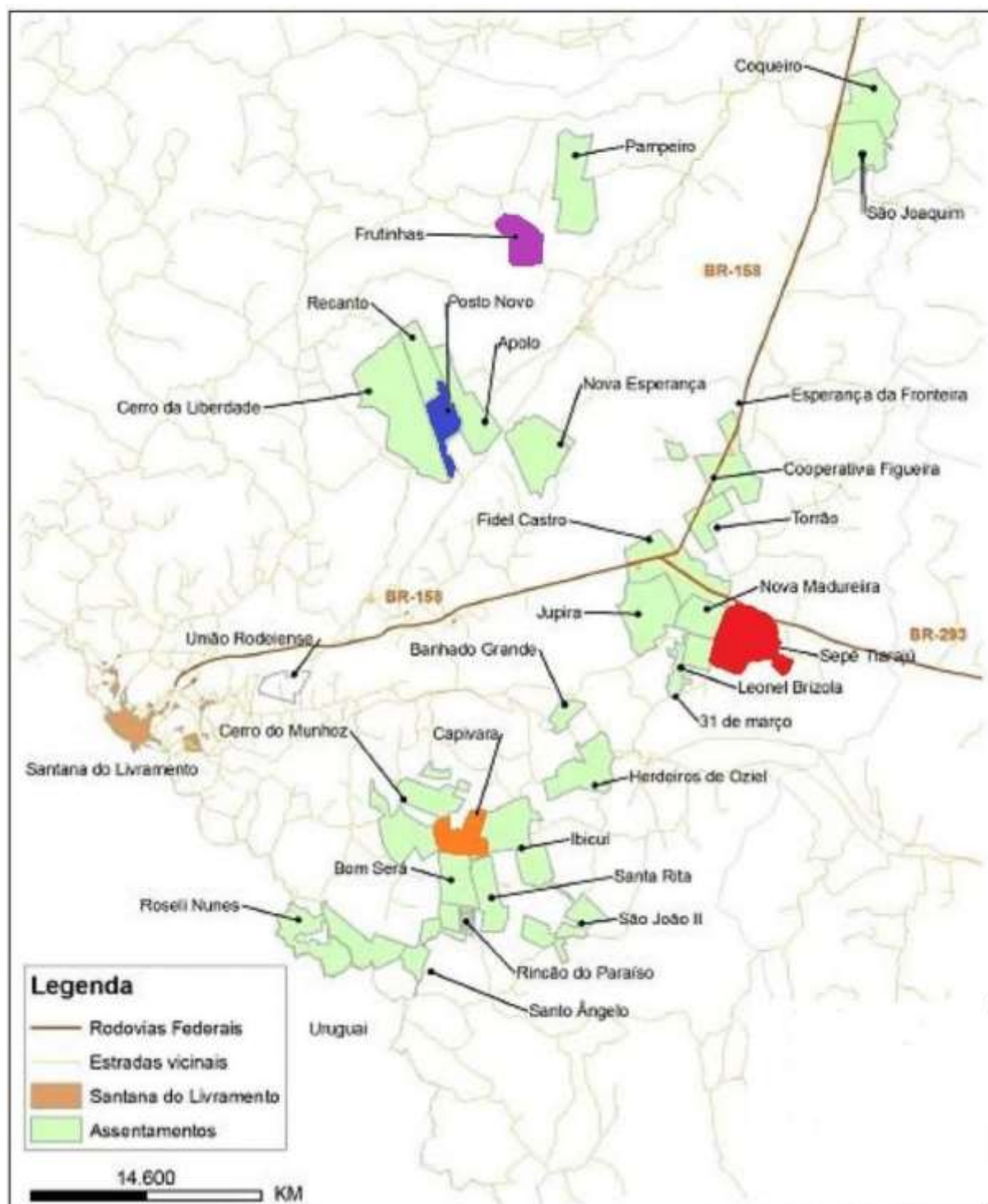


Figura 1 - Mapa ilustrativo dos Assentamentos Rurais de Santana do Livramento em 2010.

Fonte: Aguiar (2011).

Referência:

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS**. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Fonte: Adaptado de Aguiar (2011).

Cumprido destacar que a seleção dos entrevistados observou os critérios de representatividade geográfica, ou seja as lideranças que naquela determinada comunidade conseguiram expressar melhor a realidade da qual buscou – se embasamento para a pesquisa de campo, pois em geral o PNHR, foi executado de forma equivalente.

4 RESULTADOS: O IMPACTO DO PNHR

Na Campanha Gaúcha, histórica fazenda de gado de corte, a produção de leite existe como auxiliar. Desde a década de 1990, com a inserção dos assentamentos, as unidades da área passaram a aumentar substancialmente considerando a área, logo membros da família produtora foram encaminhados para a fazenda leiteira. A localização, a experiência do produtor e a particularidade da área. Santana do Livramento é um caso marcante desse processo, pois atualmente possui o maior número de pessoas de assentamentos gaúchos que usam principalmente o leite como "carro-chefe".

Os assentamentos de reforma agrária constituem um território camponês e a arquitetura de Santana do Livramento. Portanto, eles são inseridos com características da propriedade dos grandes empregadores, que têm sido dominantes desde o seu início formado por concessão e distribuição de terras no século XIX. Os assentamentos na cidade estão diretamente relacionados às atividades esportivas dos Trabalhadores Migrantes Sem Terra (MST), sua origem está justamente na resistência, desapropriação e expulsão rural decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado durante o governo militar. O berço do MST está localizado no noroeste do Rio Grande do Sul, no Planalto Gaúcho marcado historicamente pela territorialização dos pequenos assentados (agricultores), atributo, mas gradualmente de domínio devido à impossibilidade de reprodução social em face da modernização conservadora. Durante o período acima, isso levou a um aumento na concentração de terras e a estabelecer uma bacia leiteira na cidade. De acordo com as observações, assentamentos catalisou o aumento da produtividade do departamento, tanto que se discutiu a bacia leiteira local.

Santana do Livramento recebeu seu primeiro assentamento em 1992, através da compra, pelo INCRA, de uma área de 1.577 hectares destinada a assentar 67 famílias, dando origem ao PA Liberdade no Futuro (também chamado Cerro dos Munhoz, em referência à localidade onde foi construído). A terra que deu origem ao assentamento não foi, antes disso, ocupada pelo MST. Sua aquisição pelo INCRA objetivou a contenção de conflitos que ocorriam em outros municípios do Rio Grande do Sul, como Bagé e outros.

Esses assentamentos refletem a política de reforma agrária Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998). As medidas de compensação tomadas pelo

governo, incluindo o objetivo de resolver conflitos de terra no local e expropriá-los localmente eles são mais intensos. Mesmo assim, em qualquer campo durante este período foi desapropriada em Santana do Livramento o assentamento foi precedido da ocupação do MST. Estabelecimento de liquidação continuou a servir nesta cidade para conter litígios e ocupações em outras cidades. No contexto histórico do programa de habitação social, a cidade de Santana do Livramento / RS no Brasil quase não possui implantação. Do projeto o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores do Comércio (IAPC) construiu apenas 50 casas, ainda era popular nas cidades na década de 1950. Em seguida, COHAB / RS, em três projetos de habitação de segurança foram desenvolvidos em 1970 e atingiu mais de 600 unidades, o que marcou alguns recordes até o momento. Da mesma forma, o projeto Morar Melhor oferece moradia para 41 famílias Santanenses, mesmo que esses imóveis sejam cedidos pela prefeitura.

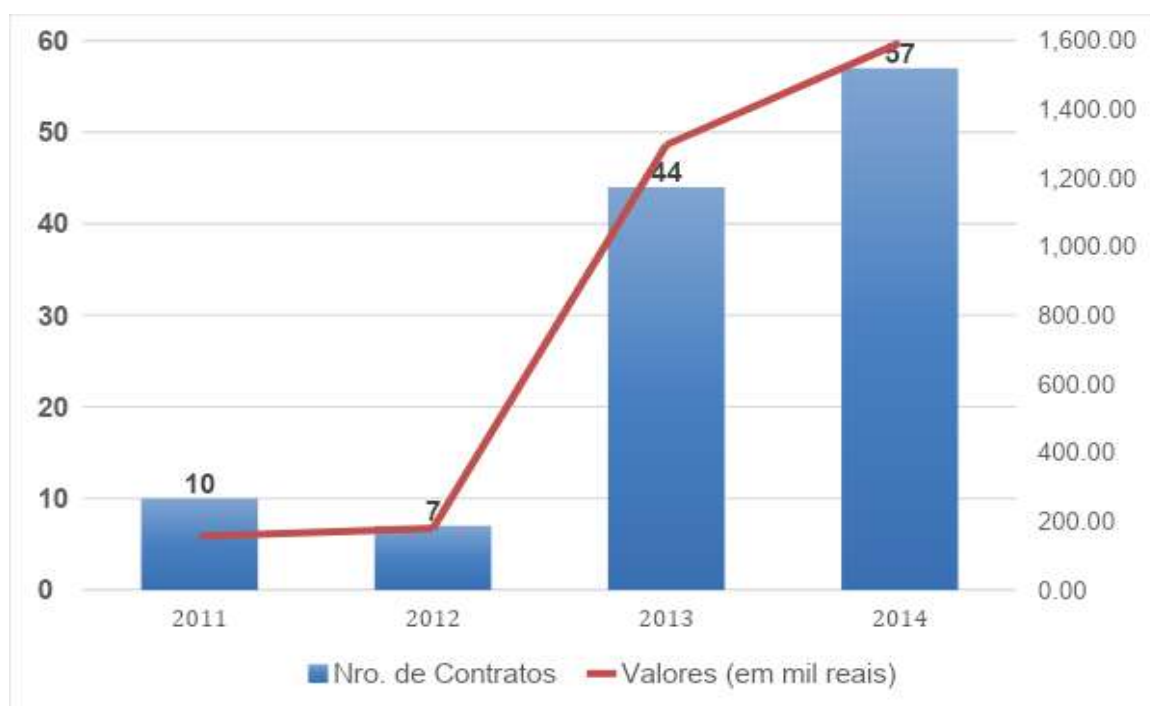
4.1 O IMPACTO DO PNHR NO MUNICÍPIO

Analisando a história, pouco se fez na habitação da cidade. A cidade é a segunda maior do estado e possui uma grande população de aproximadamente 82.000 residentes, como a maioria das cidades do interior, sofrem desemprego, falta de infraestrutura urbana, distância dos grandes centros e potencialidades, economia subdesenvolvida. Surgiu em 2009, impulsionado por políticas nacionais Programa Habitação, Minha Casa, Minha Vida, voltado para a cura (ou talvez alívio) a enorme escassez de moradias no Brasil, com mais de 6.000.000 de unidades habitacionais. Em resposta à crise financeira global de 2008, o plano visa criar mais de 3.000.000 habitações. Está dividido em três etapas, com destaque para a política de subsídio familiar. Serviço insuficiente, que não era prestado pelo plano anterior.

Em Santana do Livramento, o número de seus contratos é de 749, que inclui desenvolvimento habitacional planejado para famílias cuja renda não ultrapasse o salário mínimo de 2003. Entre eles, 557 contratos foram analisados para destacar suas características e realizado. Nessa perspectiva, as características do mutuário que assinou o plano são do sexo masculino, solteiro com renda mensal acima de R \$ 1.600,00. A existência de mulheres é de grande significado. Porém, ainda menor que os homens e mutuários cuja renda mensal é inferior a R \$ 1.600,00 representaram menos da metade do total. O valor padrão também existe na coleção dados, embora esta não seja a realidade da maioria dos contratos. 2015 foi o ano

em que mais devedores foram chamados a saldar dívidas, o que marcou o impacto da crise económica e política que atingiu o país. No entanto, apenas 10 mutuários não conseguiram cumprir seus requisitos de dívidas e incorporaram seus ativos em apoio à Caixa, o que não atinge 2% do total de ativos do número total de contratos registrados.

Gráfico 1 – Total de contratos e valores (em mil reais) do PNHR em Santana do Livramento, entre 2011 e 2014.



Fonte: SEH/CEF Centro Gaúcho RS (2022)

O gráfico a cima ilustra o quantitativo de contratos, valores que foram liberados pelo PNHR em Santana do Livramento, através da entidade organizadora Crehnor Sul.

A Caixa Econômica Federal tem papel de destaque, não só por ser uma instituição responsável pelo crédito e pela eficiência da aprovação do projeto, mas por liberar crédito, fazer contratos e controlar pagamentos. Embora não participe diretamente da pesquisa, atendendo à política interna de sigilo de informações, traz informações claras no contrato, permitindo uma leitura concisa, incluindo elementos, o suficiente para pesquisadores.

As Entidades Organizadoras que foram responsáveis pela execução dos projetos das famílias entrevistadas são Crehnor Sul e Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs). Tais entidades organizadoras desenvolvem outras atividades como na liberação de crédito, organização da produção agropecuária e neste caso específico atuaram como EO do PNHR.

Conforme o gráfico 1, suprapresentado, demonstra o total liberado durante o período de 2011 a 2014, totalizando R\$ 3.226.200,00 (três milhões e duzentos e vinte seis mil com duzentos reais), sendo que todos esses valores foram executados pelo e o Crehnor Sul.

4.2 O IMPACTO DO PNHR SEGUNDO A ÓTICA DOS BENEFICIÁRIOS

As famílias entrevistadas pertencem aos assentamentos; Posto Novo, Frutinhas, Sepé Tiaraju, Cerros dos Munhoz e Capivara, observa – se longas distancias entre um assentamento e outro por tratar – se do segundo maior município em extensão territorial do Rio Grande do Sul.

Todas as famílias entrevistadas residem a mais de dez anos nas devidas comunidades, sendo que, um dos casos mais relevante é o do Cerro dos Munhoz há três décadas neste município.

O perfil sócio econômico das famílias assentadas participantes da pesquisa é muito semelhante, desenvolvendo atividades diversificadas na atividade agropecuária, bem como produção de alimentos para o auto sustento (feijão, derivados do leite, galinhas, porcos, hortaliças e etc.) e outras culturas em caráter comercial, exemplo disso a cultura da soja, gado e leite, gado de corte e fruticultura.

Segundo os entrevistados a contrapartida foi a mão de obra do beneficiário e em alguns casos houve a liberação de valores por parte do INCRA. Quanto aos modelos adotados, os entrevistados mencionaram que estes já vieram pré-definidos, sendo que o beneficiário tinha a opção de escolher dentre dois modelos, nos tamanhos de 42m² e 47m².

À continuação apresenta-se por meio do quadro compilado dos aspectos positivos destacados por cada um dos entrevistados sobre o PNHR. Explicitamente, sobressaíram as questões conforto e da segurança como principais pontos positivos.

Intrinsicamente foi nítido notar a melhora da qualidade de vida da família a partir do acesso ao Programa.

Quadro 1 -Pontos positivos destacados pelos entrevistados

Aspectos / Excertos	Entrevistado
Saúde, conforto e segurança	A
“São Vários, alguns deles e o mais importante: Segurança, Bem-Estar e conforto.”	B
“Projeto muito bom, porém a entidade deve executar o projeto com responsabilidade.”	C
“Foi a forma de fazer a reforma na casa, foi um projeto que realmente ajudou as famílias mais carentes.”	D
“Sim, foi positivo.”	E

Fonte: autor (2022)

De outra parte, quando indagados sobre as dificuldades no acesso e a partir da efetiva contratação, obteve-se enquanto principais resultados os excertos sistematizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais pontos negativos do PNHR destacados pelos entrevistados

Excertos	Entrevistado
“Problemas estruturais, casa incompleta, faltou reboco, piso e o forro.”	A
“Teríamos que ter opinado antes de elaborar o projeto, não escolher modelo pronto.”	B
“Projeto inadequado para o interior. Lentidão na entrega de materiais e alguns com baixa qualidade.”	C
“Uma pena que os atuais governos não levam a sério o programa. Quanto a entidade organizadora, não assume o projeto e começa a desviar materiais.”	D
“Os assentados estão muito desorganizados para conseguir novos projetos.”	E

Fonte: autor (2022)

Nota-se que as queixas remetem tanto à aspectos do projeto e da edificação em si, do ponto de vista arquitetônico, bem como questões operacionais de

realização da obra em termos qualitativos. Igualmente são mencionados temas de organização social propriamente dita, bem como da gestão do Programa.

Quando perguntados aos entrevistados a opinião quanto à continuidade do PNHR, um dos entrevistados foi enfático: “O projeto deve ser retomado e ampliado. Ainda existem muitas famílias sem teto digno no campo”. (Entrevistado A, junho de 2022).

No que concerne a avaliação da importância do Programa, o Quadro 3 traz a compilação das principais respostas.

Quadro 3 – Importância do PNHR para entrevistados

Excertos	Entrevistado
“Na época muito importante, pois não tínhamos outro recurso pra reformar a casa.”	A
“Muito importante, faz com que a família tenha mais gosto de viver e trabalhar melhor para se desenvolver.”	B
“Sim para a permanência no campo, e sem dúvida aumentou a qualidade de vida, teve mais segurança para a família.”	C
“Foi importante, o lote não tinha casa.”	D
“ Sim, foi a nossa primeira moradia, com estrutura.”	E

Fonte: autor (2022)

Nota-se expressamente a relevância que o Programa teve para os entrevistados. Nesse sentido, na condição de desenvolvimentista, acredita-se que enquanto morar continuar sendo um privilégio, lutar por moradia digna no campo e na cidade, é uma tarefa de todas e todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, desde a década de 1940, as atenções se voltaram para compensar esse déficit. Com o surgimento da Fundação Casa Volkswagen, foi o primeiro relacionado a questões de habitação. Seguem mais políticas públicas para promover o financiamento das famílias com o Banco Nacional de Habitação (BNH) estabelecido em 1964, que cooperou com empresas imobiliárias e forneceu várias casas melhor do que todas as empresas imobiliárias tivessem as iniciativas anteriores. Como resultado da crise financeira que começou na década de 1970, o BNH entrou em colapso e saiu em 1986. Depois do BNH, todos os confrontos de problema da habitação tiveram poucos efeitos.

No século 21, a Secretaria Nacional de Habitação formulou uma política nacional Habitação (PNH) para orientar planos de ação para atendimento à demanda moradia no campo. Em seguida, iniciou o PMCMV. Desde PMCMV, todos os esforços do governo nesta matéria estabelecida por meio das diretrizes gerais do plano.

Em geral, governo restaurou incentivos por meio da Caixa Econômica Federal possuir habitação foi esquecido desde os anos 1970 e 1980. No entanto, a adoção de nova gestão da distribuição de crédito. Uma das características são os subsídios, pois a prioridade é beneficiar os grupos de menor renda. O programa é dividido em programa Habitação Nacional Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Os recursos alocados para esses programas são de 2,5 bilhões de reais e 500 milhões de reais, respectivamente como meio auxiliar para promover a aquisição, produção e renovação de bens moradia para famílias com renda não superior a um salário mínimo e renda na zona urbana em 2006, fornece até 10.000,00 reais para agricultores da área rural. Para participar do PNHR, no entanto, os agricultores rurais devem ser organizados por meio de organizações.

O público-alvo do PNHR são os agricultores familiares e trabalhadores rurais que se organizam coletivamente por meio de entidades organizacionais. Os beneficiários serão divididos em três grupos distintos de acordo com o nível de renda familiar. Para acomodar esses grupos, a renda familiar anual dos beneficiários será incluída na Declaração de Capacidade do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-DAP, gerido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Palácio Presidencial da República. Agente financeiro

define a forma de certificação formal ou informal de renda fornecida pelo beneficiário.

Diante do exposto e de acordo com as referências utilizadas, conclui-se que de acordo com o levantamento de campo feito com uma amostra geral de famílias beneficiadas, em assentamentos rurais de Santana do Livramento, o PNHR foi muito importante para as perspectivas de morar melhor, produzir o auto sustento e possibilitar uma melhoria na qualidade de vida.

Pontos positivos e negativos foram elencados por estas famílias entrevistadas, observações estas que serão muito bem vindas, em uma eventual retomada do programa. Importante também observar que num contexto geral, o programa também contribuiu com geração de emprego e renda, pois demandou transporte, mão de obra, onde pedreiros e serventes encontraram uma oportunidade de trabalho na execução dessas obras. Muitas vezes sendo os próprios beneficiários os executores. Outro aspecto observado, foi a preocupação com o tratamento do esgoto, pois o projeto preveu a execução de instalação de fossas sépticas.

Ainda que estas unidades habitacionais possam sofrer observações quanto a sua qualidade, ao seu tamanho e grau de acabamento, foram extremamente importantes para que o sonho de morar e viver melhor no campo se realize de forma justa e satisfatória.

Cabe salientar também, outro ponto de vista de contribuição no quesito modelo arquitetônico, pois o modelo implementado aparentemente seguiu perfis extremamente estáticos sem permitir sugestões para modificações nas residências que permitissem contemplar o olhar da família beneficiada.

Durante a elaboração e execução do projeto, notou – se a ausência da municipalidade no quesito logística, patamarização e mesmo assistência técnica e social foi um aspecto observado, com isso, comprometendo um melhor resultado, também quanto ao papel de acompanhamento da EO segundo os entrevistados foi a quem do esperado.

E por fim, observou-se também uma fixação maior das famílias nos devidos projetos de assentamentos, diminuindo a rotatividade de beneficiários migrando para outras localidades ou mesmo abandonando os lotes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS**. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L.A.G. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. ISBN: 978-85-7982-055-7.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar**: uma Análise do Programa Nacional de Habitação Rural. 2013. 171 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOLTER, Jairo Alfredo G.; SCHNEIDER, Sérgio; HAAS, Jaqueline M. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015

BRASIL. Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 17 jun 2021.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 11 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. (Lei da Habitação). Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação - BNH, e sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. 1964a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em 11 jun. 2021.

BOCCATO, V.R.C. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o Artigo Científico como Forma de Comunicação. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, 2006.

CARDOSO, A. L.; ARAGAO, T. A.; JAENISCH S. T. (Org) Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil** 2015. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodigoDocumento=76871>>. Acesso em 17 jun 2021.

CORRÊA, Fabricio Gallo. **O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2019.

countries: an overview and critical analysis of theories. Journal of Rural Studies.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Francisco Graziano da. **O novo rural: uma abordagem ilustrada.** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. 2v.

DENALDI, Rosana et al. **Política Habitacional: Novas Urbanidades e Ruralidades.** Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

IBGE. **Censo demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: 2002.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, set./dez. 2004.

LIMA. T. C. S. L; MIOTO. R. C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. katálysis vol.10 no.spe Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de; KARNOPP, Erica. **A política habitacional brasileira e a habitação rural:** um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL. **Manual do Programa.** Caixa Econômica Federal, fev. 2012.

SILVA, C. M. G. **Habitação Rural:** uma luta por cidadania. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: 2014.

TERLUIN, I. J. **Differences in economic development in rural regions of advanced.** Oxford, v. 19, 2003.

TREINTA, F. T; et al. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão.** Production, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.

VAN DEPOELE, L. The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: International Conference European Rural Policy at the Crossroads, 2000, Aberdeen, Scotland. Conference Papers. Disponível em: <www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/>. Acesso em 11 jun. 2021.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ ; 20(5): 383-386, set.-out. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Editora Bookman. Porto Alegre/RS, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- Qual o impacto do PNHR sobre as famílias de assentamentos no âmbito rural do município?
- De que forma o programa foi apresentado para as famílias?
- Como o programa influenciou no cotidiano? Apresentou bons resultados? Quem foi abrangido por ele?
- Qual o perfil socioeconômico e produtivo das Famílias contempladas pelo PNHR?
- Como o programa impactou na estruturação das famílias? No sentido de moradia e benefícios?
- Como vocês percebem e classificam esse projeto?